



Relatório Integrado

2020



Governo do Estado de São Paulo

João Doria
Governador

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Alexandre Baldy
Secretário

**Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
de São Paulo - EMTU/SP**

Marco Antonio Assalve
Diretor Presidente

Giuliano Vincenzo Locanto
Diretor Administrativo e Financeiro

Francisco Eiji Wakebe
Diretor de Gestão Operacional

Rui Stefanelli
Chefe de Gabinete da Presidência



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

EXERCÍCIO 2020

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP

Introdução A Carta Anual de Políticas Públicas E Governança Corporativa reúne as informações necessárias da Empresa, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Art. 8º, Incisos I e VIII, da Lei federal N° 13.303/2016 e o art. 9º do Decreto estadual nº 62.349/2016, destacando que o Conselho de Administração subscreve o presente documento, referente ao Exercício Social encerrado em 2020.

Identificação A EMTU/SP, constituída pela Lei estadual nº 1.492, de 13/12/1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA em 1980, através do Decreto estadual nº 15.319, de 07/07/1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Empresa, conforme Decreto estadual nº 27.411, de 24/09/1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04/01/1988, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado de São Paulo detendo mais de 99% das ações ordinárias e nominativas. Anteriormente uma sociedade de economia mista, com capital fechado contando com acionistas privados, passou a ser considerada, a partir de abril de 2019 uma empresa pública, mudança essa com efeitos principalmente nas áreas fiscal e jurídica da empresa.

Perfil A empresa foi constituída com a finalidade de promover a qualidade da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Com sede na cidade de São Paulo, conta ainda com cinco filiais, situadas em cada uma das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo em que atua.

Passados mais de 40 anos de sua fundação, a EMTU/SP tem por objeto, além da gestão da operação, promover a expansão dos serviços metropolitanos de passageiros de baixa e média capacidade, incluindo os serviços de ônibus, corredores metropolitanos e do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Nas 912 linhas e serviços sob sua gestão, a EMTU/SP transportou, em 2020, mais de 380 milhões de passageiros em uma frota de quase 5,9 mil veículos inspecionados regularmente.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Conselho de Administração O Conselho de Administração tem, entre outras, a missão de discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de Governança Corporativa, implementando e supervisionando os sistemas de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, estabelecida para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Empresa, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e dos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

Diretoria A Diretoria tem o compromisso com a excelência e efetividade das atividades da Empresa, contribuindo, sobremaneira, com discussões, treinamentos, aprovações e monitoramento de decisões que envolvem práticas de Governança Corporativa, com a finalidade de promover uma cultura corporativa ética e de respeito às leis, normas e regulamentos.

Conselho Fiscal O Conselho Fiscal constitui-se em órgão colegiado, não integrante da Administração, com ação individualizada de seus Membros, na qualidade de representante dos Acionistas, com a responsabilidade fiscalizadora das contas, dos atos

dos Administradores e dos parâmetros estabelecidos nos Estatutos Sociais, dentro dos princípios de ética, equidade e transparência, emitindo opiniões, recomendações, pareceres, assim como pelo conhecimento de denúncias, zelando pelos interesses da empresa.

Comitê de Auditoria Estatutário O Comitê de Auditoria Estatutário, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, atua de forma independente em relação aos demais órgãos da EMTU/SP, tendo por objetivos a supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, da aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e das atividades dos auditores internos e independentes.

Comitê de Ética O Comitê de Ética tem como atribuição principal a apuração de denúncias sobre administradores da EMTU/SP, empregados e prepostos, sejam eles de natureza permanente ou temporária, transitória, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração, contratados direta ou indiretamente pela EMTU/SP.

IDENTIDADE FUNCIONAL

Propósito Implantar, expandir, articular e gerenciar o transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, atendendo com qualidade às demandas da população, assim como organizar a infraestrutura de mobilidade que propicie a perfeita integração dos sistemas.

Missão Promover a qualidade da mobilidade urbana nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Visão Aumentar o padrão de conforto, eficiência e modernidade do sistema de transporte sob responsabilidade gerencial da EMTU/SP, elevando a satisfação do usuário.

Princípios e Valores norteadores das ações e condutas:

- Acolhimento e Comprometimento;
- Competência e Qualidade;
- Conhecimento e Profissionalismo;
- Eficiência e Ética;
- Inovação e Desenvolvimento;
- Integridade e Transparência;
- Respeito e Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica, e
- Segurança e Acessibilidade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os regimentos, regulamentos, políticas e instrumentos normativos relacionados à Governança Corporativa encontram-se disponibilizados em emtu.sp.gov.br, quais sejam:

- Estatutos Sociais;
- Código de Conduta e Integridade;
- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno da Diretoria;
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Regulamento interno da Auditoria Interna
- Política de Comunicações e Porta-Vozes;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Programa de Integridade.

Controle Interno e Gestão de Riscos A EMTU/SP vem adotando as melhores práticas corporativas, com metodologias próprias e acreditadas pela SEST*, para mapear, medir e avaliar os riscos, que de uma maneira direta ou indireta inviabilizem a ocorrência de atos ilícitos, incluindo fraudes e corrupção. Eventuais episódios que venham a ocorrer em dissonância com as normas, os regulamentos e o Código de Conduta e Integridade, são apurados objetivamente com base no ordenamento jurídico citado, procurando ajustar parâmetros comportamentais inadequados.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2020 a EMTU/SP manteve seu compromisso de racionalizar os investimentos em face ao cenário econômico que impôs barreiras orçamentárias para a execução de obras e para os investimentos do setor público. Com isso, os esforços empenhados foram visando viabilizar a conclusão das obras e projetos em andamento e em atividades prioritárias, como por exemplo iniciar as obras de implantação do 2º trecho do VLT (Conselheiro Nébias-Valongo) em Santos, em função de sua importância estratégica na gestão do sistema e cumprimento de cláusulas do contrato de Concessão.

Embora um ano atípico, de modo algum se deixou de lado o empenho em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos. Por exemplo, além de receberem ônibus novos com ar-condicionado e tomadas USB para celular, diversas linhas foram reprogramadas com o objetivo de aumentar o número de partidas – em alguns casos houve aumento de 44% no número de viagens. Algumas linhas receberam reforço em sua capacidade de oferta de lugares com a inclusão de veículos articulados e outras tiveram seus itinerários alterados para vias mais livres, reduzindo o tempo de percurso sem prejudicar o atendimento.

No empenho do combate à transmissão da COVID-19 e visando proteger usuários e funcionários das empresas que operam o sistema, foram tomadas diversas medidas protetivas. Por exemplo a EMTU/SP providenciou a desinfecção e sanitização de terminais metropolitanos, distribuição de máscaras aos usuários, instalação de totens de álcool em gel, apoiou e fiscalizou a determinação governamental da obrigatoriedade do uso de máscaras nos ônibus das linhas intermunicipais das cinco regiões metropolitanas, adoção de máscaras do tipo 'face shield' para segurança de seus agentes de fiscalização e inspeção, promoveu campanhas em parceria para realização de testes para o novo coronavírus nos profissionais do transporte intermunicipal como motoristas, cobradores e bilheteiros que trabalham nos terminais entre outras ações.

Um marco importante foi a apresentação dos doze primeiros ônibus com tecnologia antiviral, de 120 que passam a integrar a frota metropolitana. Bancos, balões e catracas dos veículos foram revestidos com tecido que possui ação antibacteriana e antiviral - inclusive contra os micro-organismos envelopados, como são classificados os vírus influenza, herpes vírus e os coronavírus.

Também houve melhoria na comunicação com os clientes e com a população. Logo no início do ano foi publicado o primeiro de uma série de Podcast direcionado aos estudantes para auxiliar passo a passo na obtenção do Passe Livre e o Passe Escolar Meia Tarifa, além de divulgar eventos culturais e de saúde nos terminais entre outros.

Outra iniciativa foi o atendimento via WhatsApp para Clientes do Cartão BOM e passageiros das linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP. Além de oferecer mais comodidade por funcionar 24 horas por dia e todos os dias da semana, ainda é possível cancelar e solicitar a segunda via do BOM, consultar o número do cartão atual e obter orientações de como adquirir a primeira via. Passam também a contar com a entrega em domicílio que torna o processo de aquisição bem mais rápido e eficiente.

Para o público interno de seus colaboradores, a EMTU/SP lançou o projeto Transportes de Ideias com a intenção de estimular a participação dos funcionários na resolução de seus desafios diários. Foi criado também na intranet um periódico de informação chamado 'Você Sabia?' com objetivo de divulgar conteúdo variado sobre as áreas da empre-

sa, como curiosidades, dicas para utilizar os aplicativos de trabalho, esclarecer dúvidas sobre recursos humanos e outros assuntos.

Em 2020 foram incorporados à frota do sistema regular 247 (jan-nov) ônibus novos (0 km) para melhor atender a população. Destes, 193 (78%) são dotados de ar-condicionado, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Além disso 246 veículos, ou seja 99,6% são acessíveis. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar gradualmente o percentual de veículos com esse perfil de qualidade.

No campo administrativo em 09 de novembro a EMTU/SP deu início à sua participação do programa "SP Sem Papel" do Governo do Estado de São Paulo, visando reduzir e eliminar gradualmente o trâmite de papel no âmbito da Administração Estadual, com o cadastramento e treinamento dos funcionários na plataforma digital.

Também é importante mencionar as ações de fiscalização contra o transporte não autorizado de passageiros que apreenderam 18 veículos e resultando em 132 autuações administrativas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em relação aos recursos próprios, o ano de 2020 trouxe um desafio enorme de planejamento, gestão e controle para todas as empresas. A pandemia que começou em março/2020 afetou de maneira expressiva as receitas das áreas relacionadas ao transporte urbano e com a EMTU não seria diferente.

Aproximadamente 65% das receitas operacionais da EMTU são diretamente relacionadas à demanda do transporte de passageiros, que apresentou uma queda considerável da demanda logo no início da pandemia da ordem de 70% e hoje, esta perda se mantém em torno de 35%. Isso causou perdas financeiras significativas, superiores a R\$ 35 milhões no ano, que foram absorvidas pelo saldo disponível de caixa da empresa em conjunto com ações estratégicas e tempestivas coordenadas pelo corpo diretivo da EMTU/SP.

Mesmo diante da perda expressiva de recursos, a EMTU conseguiu manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado e fechou o ano de 2020 com o saldo disponível de recursos próprios em caixa de R\$ 13 milhões. Dessa forma foi possível a EMTU resguardar uma das

A EMTU/SP iniciou o exercício de 2020 com saldo de exclusivo para investimentos* no valor de R\$ 13,0 milhões e encerrou o ano com saldo positivo de R\$ 4,6 milhões.

Região	Empreendimento	Tesouro Estado (Fonte 1 e 6)	Financiamento (Fonte 7)	Total 2019
RMBS	VLT - SIM da Baixada Santista	R\$ 30.965.363,93		R\$ 30.965.363,93
RMC	Corredor Metropolitano Biléo Soares	R\$ 13.762.334,66		R\$ 13.762.334,66
RMSP	Corredor Metropolitano Itapevi - SP	R\$ 13.856.305,47	R\$ 9.888.501,81	R\$ 23.744.807,28
Geral	Demais Projetos	R\$ 5.134.780,78		R\$ 5.134.780,78
Diferença de saldo de caixa		R\$ 8.382.790,44		R\$ 8.382.790,44
Total geral		R\$ 72.101.575,28	R\$ 9.888.501,81	R\$ 81.990.077,09

* Saldo de caixa referente apenas a Recursos do Tesouro para investimentos em expansão.

COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS

Visando registrar e organizar as ações para a consecução dos objetivos das políticas públicas nos próximos períodos, a EMTU/SP elaborou e divulgou os seguintes documentos:

- Plano de Negócios 2021 (site)
- Estratégia de Longo Prazo 2021-2025 (intranet)

PLANO ORÇAMENTÁRIO 2021

Para o exercício de 2021, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 188,3 milhões, aprovada pela LOA nº 17.309, de 29/12/2020.

Após o abatimento do valor de R\$ 128,5 milhões referente ao contingenciamento estabelecido para os recursos oriundos da Fonte 01-Tesouro do Estado, resulta um novo valor de dotação disponível de R\$ 60,1 milhões, exclusivos para financiamento das obras dos Cor. Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT). Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 4,6 milhões e R\$ 281,2 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2019 e Restos a Pagar/2020, perfaz o valor de R\$ 345,9 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 - Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo.

FATORES DE RISCO

Além do persistente cenário de recessão econômica do País produzindo efeitos negativos sobre os níveis de atividade econômica e de emprego, reduzindo a renda e o consumo da população, com reflexo direto nos deslocamentos e mobilidade da população, o ano de 2020 foi marcado profundamente pela Pandemia da COVID-19.

Nos transportes públicos o impacto foi ainda mais forte à medida que uma parte considerável dos então usuários frequentes, como trabalhadores e estudantes, ‘abandonaram’ seus deslocamentos usuais.

As novas situações vivenciadas pela população como a adoção do regime de trabalho remoto (home office ou teletrabalho), o fechamento das escolas (alunos, professores e funcionários), o cancelamento ou redução de consultas médicas, o desemprego e outras situações que desfiguraram o sistema de transporte, em especial o sobre pneus. Esse cenário foi ainda mais agravado devido àquelas que, como forma de reduzir a possibilidade de contágio, optaram pelas viagens não coletivas, quer por utilizarem seus veículos – automóveis, motos, bicicletas, quer pelo uso de taxis ou serviços por aplicativos, fenômeno este que já vinha impactando o setor do transporte público.

Como resultado, presenciou-se nos primeiros meses uma perda significativa da demanda, chegando próximo à 30% do que seria a demanda regular em todas as regiões metropolitanas. Em seguida observou-se uma melhora gradativa chegando próximo a 65% da demanda regular em dezembro de 2020.

A expectativa é que o número de passageiros não retorne tão cedo ao patamar de 2019, que já era baixo em relação à série histórica. Essa situação exigirá que técnicos e administradores tenham um novo olhar sobre o transporte com o objetivo de desenvolver saídas criativas para vencer os desafios que se desenham no sistema de transporte.

Em 2020 foi aprovado o projeto que deu origem à lei 17.293/20 que não extingue, mas autoriza a extinção da EMTU, com a transferência de suas atribuições à ARTESP.

Não obstante a aprovação do referido projeto pela ALESP a EMTU/SP continua prestando de forma regular e garantindo a qualidade da prestação de seus serviços de transportes à sociedade.

A EMTU/SP presta vários serviços, além do transporte de passageiros, que envolvem diretamente a sociedade e realiza outros controles como de créditos físicos e eletrônicos que não são comuns à uma agência reguladora o que indica que esta transição, caso venha a ocorrer efetivamente, deverá prever e evitar os efeitos negativos à sociedade o que demandará tempo de estudo e planejamento que envolverá todas as áreas da EMTU/SP conjuntamente com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Visando agilizar medidas preventivas e fazer o acompanhamento e conscientização dos colaboradores em relação à pandemia, a diretoria formou um Grupo de Trabalho específico, GT-COVID que tem tomado a frente em informar e reportar o andamento das ações de prevenção contra a COVID e apoio aos funcionários, terceirizados e seus familiares.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os dados relativos à remuneração da Administração da EMTU/SP podem ser consultados, nos termos da legislação vigente, em todos os seus detalhes, cifras e quadros, no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo:

www.transparencia.sp.gov.br

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EMTU/SP declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2021

Danilo Ferreira Gomes
Presidente do Conselho

CONSELHEIROS

Marco Antonio Assalve

Felissa Souza Alarcon

Lomas Alcalai Camargo

Representante dos empregados

Luciana de Moura Gabbai Stocche

Gustavo de Magalhães Gaudie Ley

Paulo de Magalhães Bento Gonçalves

Maria Cristina Alvarenga Taveira

Membro independente



Índice

Gestão do Transporte Metropolitano	17	Ações Administrativas	34
Dados Gerais	22	Ações Contra Covid-19	36
Outros Serviços	23	Corredores e VLT	38
Responsabilidade Social	26	Desempenho Econômico e Financeiro	46
Meio Ambiente	32		



Quem Somos



AJUSTE FISCAL

Em outubro de 2020, foi aprovada a Lei Estadual N° 17.293, a qual estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e, dentre outras providências, autoriza a promover a extinção de entidades descentralizadas, dentre elas, a EMTU/SP.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem a Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e 30 milhões de habitantes.

A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

Gestão do Transporte Metropolitano

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 527 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota de 4.355 ônibus. Entre janeiro e dezembro de 2020 foram transportados na RMSP cerca de 303 milhões de passageiros.



O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.559 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No mesmo período, nos dois serviços, Regular e Fretamento, foram realizadas 6,2 mil fiscalizações em campo, mais de 32,5 mil fiscalizações eletrônicas e 17,2 mil inspeções de frota.



Nessa região está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi operado pela Concessionária Metra, com 45 km de faixas exclusivas e compartilhadas para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 12,3 km de extensão, sendo 9,6 km de faixa exclusiva em Guarulhos. Esse sistema possui projeto de expansão.

Atualmente, cinco concessionárias operam na RMSP. A Área 5 é operada por 16 permissionárias e envolve sete municípios da região do ABC. Os estudos para o aprimoramento dos serviços de ônibus intermunicipais das cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estão avançados e serão divulgados tão logo estiverem concluídos.

Região	Concessionária	Objeto	Principais municípios
Área 1 - Sudoeste	Intervias	Linhos regulares (comuns e seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Jiquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista
Área 2 - Noroeste	Anhanguera	Linhos regulares (comuns e seletivas)	Barueri, Caiéiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba
Área 3 - Nordeste	Internorte	Linhos regulares (comuns, Seletivas e sist. Aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel
Área 4 - Leste	Unileste	Linhos regulares (comuns e seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Sudeste	Metra	Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo



NOTÍCIAS

A EMTU/SP realizou nos dias 15 e 19 de outubro uma megaoperação contra o transporte coletivo não autorizado. Em conjunto com a SPTrans, ARTESP, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual e Guarda Civil Metropolitana, foram apreendidos 10 veículos e realizadas 51 autuações.

Além da sanção administrativa lavrada pela EMTU/SP, a Polícia Militar aplicou 12 autuações por irregularidades na manutenção e condução do veículo.

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

A RMBS é formada por nove cidades e por elas circulam 59 linhas metropolitanas do Sistema Regular Co-mum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota de 468 ônibus e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que de janeiro a dezembro de 2020 transportaram cerca de 41,9 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 984 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Entre janeiro e dezembro de 2020, foram realizadas 4,3 mil fiscalizações em campo, cerca de 750 fiscalizações eletrônicas e mais de 2,3 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2020, esse sistema transportou mais de 5,2 milhões de passageiros.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias–Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente) que está em fase contratação dos Projetos Executivos para o trecho.

VLT

Em 2020 a operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais. Atualmente o intervalo entre partidas no horário de pico é de 8 minutos.

NOTÍCIAS

O jornal SP Record entrevistou, em 21/01, o Superintendente de Engenharia da EMTU/SP, Pedro Luiz de Brito Machado, sobre a segunda etapa do VLT da Baixada Santista que envolve a construção do trecho de 8 km com 14 estações de embarque, que ligará Conselheiro Nébias a Valongo, em Santos.

No dia 24/09 o Governador João Doria autorizou o início das obras da segunda etapa do VLT com in-

vestimentos na ordem de R\$ 217,7 milhões e capacidade para transportar até 35 mil passageiros por dia.

Em agosto a EMTU reprogramou 13 serviços para adequar a frota ao número de passageiros transportados. Desde 19/08, as linhas que atendem as cidades de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Guarujá, Bertioga e Santos tiveram no total um aumento de 24 veículos e 84 viagens.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 150 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota 360 ônibus que entre janeiro e dezembro de 2020 transportaram cerca de 23,4 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.532 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Durante o ano de 2020, foram realizadas cerca de 5,4 mil fiscalizações em campo, 206 fiscalizações eletrônicas e 9,8 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos

municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D’Oeste, área que concentra 70% das viagens na RMC. Esse sistema está em expansão com obras em andamento no Trecho Campinas-Hortolândia - Obras Complementares (3,1km), restando somente a conclusão das alças de acesso, prevista para 2021, tornando a ligação com a Rod SP-101 mais direta.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

Em abril, para reforçar o combate e prevenção à COVID-19, uma equipe do Exército Brasileiro realizou a desinfecção da Estação de Transferência Anhanguera do Corredor Metropolitano Biléo Soares e no mês de junho a EMTU/SP, em parceria com o SEST/SENAT, promoveu ação de prevenção à COVID-19 no Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, em Campinas, além da distribuição de um lote de 2 mil máscaras de proteção contra o novo coronavírus aos motoristas das linhas daquele terminal.

Em parceria como o Consórcio BUS+, como forma de intensificar os cuidados com a higienização e proteção dos passageiros e funcionários, em se-

tembro foram instalados totens de álcool em gel com acionamento por pedal nos terminais de Hortolândia, de Americana e de Campinas.

No mês de outubro as linhas 636, 699, 700 e 701 tiveram aumento de 37 viagens e a inclusão de ônibus articulados na frota. Os serviços 654 e 658 foram reprogramados para melhor atenderem à população.

Em novembro foram incluídos ônibus articulados na linha 708, entre Campinas e Monte Mor. Os veículos permitem transportar até 120 passageiros e vão circular principalmente nos horários de maior demanda.



REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 79 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota 405 ônibus que transportaram, entre janeiro e dezembro de 2020, aproximadamente 10,4 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 2.133 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Durante o ano de 2020, foram realizadas cerca de 4,3 mil fiscalizações em campo, 27 fiscalizações eletrônicas e aproximadamente 4,8 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 82 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota de 149 ônibus. Entre janeiro e dezembro de 2020, mais de 5,5 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.933 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Durante o ano de 2020, foram realizadas mais de 1,2 mil fiscalizações em campo, 3 fiscalizações eletrônicas e cerca de 2,5 mil inspeções de frota nos dois sistemas Regular e Fretamento.

Dados Gerais

Sistema Regular



PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
JAN - DEZ/20

Região	Passageiros (milhões)*
RMSP	303
RMBS	41,9
RMC	23,4
RMVPLN	10,4
RMS	5,5
Total	384,2

RENOVAÇÃO DA FROTA

Entre janeiro e dezembro de 2020, os consórcios e as permissionárias adquiriram 513 novos ônibus para atender a população. Destes, 247 são veículos 0km, dos quais 246 são veículos com acessibilidade universal e 193 são dotados de arcondicionado, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

CARACTERÍSTICAS DA FROTA DEZ/20

Região	Idade média da frota (anos)	Veículos com acessibilidade*	Total*
RMSP	6,67	3.925	4.355
RMBS ônibus	3,72	456	468
RMBS VLT	4,73	22	22
RMC	4,93	321	360
RMVPLN	5,38	194	405
RMS	9,22	95	149
Total	6,29	5.013	5.759



Outros Serviços

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (Reserva Técnica Operacional) Serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 194 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

Ponte ORCA Zoo (Operador Regional de Coletivo Autônomo) Transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na plataforma A. A operação é feita por três micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.



Entre janeiro e dezembro de 2020, foram realizadas 16.050 viagens transportando 99.915 pessoas. Ressalta-se que o serviço esteve paralisado entre os meses de abril e junho, em decorrência da pandemia.

Fretamento Metropolitano É uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar.

A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 19,1 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

Airport Bus Service Ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta.

As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toalete.

Serviço Corujão Três linhas metropolitanas operaram 24 horas às sextas-feiras e aos sábados para atender aos passageiros que frequentam as casas noturnas da região Oeste da capital paulista.

INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca 6 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 529 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 194 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 19,1 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos. Nas inspeções realizadas nas garagens das empresas operadoras, são verificados mais de 400 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos.



CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2020, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 1.699 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 362 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 206 atualizações, 156 correções e 05 criações de linhas. Foram registradas ainda 164.148 ocorrências operacionais, atendidas 12 operações no PAESE – Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 04 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.



AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Apesar do momento atípico vivido em 2020, devido à pandemia, permaneceu o esforço da empresa em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos: diversas linhas foram reprogramadas com o objetivo de aumentar o número de partidas – em alguns casos houve aumento de 44% no número de viagens; algumas linhas receberam reforço em sua capacidade de oferta de lugares com a inclusão de veículos articulados; outras tiveram seus itinerários alterados para vias mais livres, reduzindo o tempo de percurso sem prejudicar o atendimento.

No período janeiro a dezembro de 2020, foram realizadas 950 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas regiões conforme tabela ao lado.

Intervenções	TOTAL RMs
Tabela horária	297
Itinerário	252
Frota	171
Terminal	51
Tecnologia	51
Integração	47
Paralisação / Cancelamento	34
Denominação	34
Criação / Inclusão	7
Transformação	6
Total	950

MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente – IQC, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços. A amostra é representativa para o total de passageiros, com erro amostral máximo de 3 pontos percentuais e confiabilidade de 95%.

Em 2020, as pesquisas do IQC foram iniciadas em 03/03/2020, porém, em virtude da pandemia da COVID-19, as mesmas foram paralisadas em 19/03/2020. Portanto, não foi possível apurar nenhum índice nas regiões que seriam pesquisadas no referido exercício. Dessa forma, não há resultado para o IQC 2020.

Ano	2016	2017	2018	2019
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94

Cabe ressaltar que, a partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

Responsabilidade Social

SEC – SERVIÇO ESPECIAL CONVENIADO LIGADO

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2020, o Ligado realizou cerca de 680 mil atendimentos (devido às ações de enfrentamento da pandemia, as aulas foram suspensas a partir de 28/03/2020 e, portanto, não foram realizados atendimentos de abril a outubro).

Em dezembro de 2020, havia 4.775 usuários cadastrados no sistema (1.095 na RMC e 3.680 na RMSP). Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 94 na RMC e 435 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.005 unidades escolares, 203 na RMC e 802 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE.



E-SEC

Foram implementadas no Sistema de Gestão e-SEC, que controla o cadastro e operacionalização da demanda e frota do serviço Ligado, melhorias no relatório gerencial do Serviço Especial Conveniado, na gestão de documentos anexados ao processo de solicitação pela Secretaria Estadual da Educação (SEE), no histórico dos pedidos e dos atendimentos realizados, no histórico das Ordens de Serviço Operacionais (OSO) e no Portal da SEE e Diretorias de Ensino.

Também foram implementadas funcionalidades para dar suporte ao atendimento extracurricular de alunos e ao atendimento durante a pandemia de Covid-19.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO ESPECIAL - CAPES



45.671 CARTEIRAS FORAM EMITIDAS EM 2020 NAS CINCO REGIÕES METROPOLITANAS.

Em 2020, em função da pandemia da COVID19, o atendimento dos CA-PES foi mantido, porém com horário reduzido e foram emitidos 45.671 benefícios (Carteiras de Identificação do Passageiro Especial – CIPES) para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

A carteira é entregue nas duas unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas, ou por meio do CAPES Móvel nas demais Regiões Metropolitanas. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

O “Treinamento continuado” é aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos. O objetivo é facilitar o acesso aos sistemas de emissão de laudos e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde, responsáveis pelo atendimento ao passageiro especial interessado em obter o benefício da gratuidade.

CAPES SP – 20 Anos

Em setembro de 2020, o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial completou 20 anos. Em 2000, o CAPEs iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade.

Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 410 mil cadastros a pessoas com deficiência.

Atualmente são atendidas mais de 150 pessoas por dia no local.



PASSAGEIRO ESCOLAR

O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas regiões metropolitanas com isenção ou desconto no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

Em 2020, 6.029 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 4.210 (69,8%) instituições estavam localizadas na RMSP, conforme tabela ao lado.

Região	Instituições
RMSP	4.210
RMBS	515
RMC	433
RMVPLN	530
RMS	341
Total	6.029

Região	Passe Livre	Meia Tarifa	Total
RMSP	34.620	28.231	62.851
RMBS	7.536	3.974	11.510
RMC	2.738	2.325	5.063
RMVPLN	2.560	2.443	5.003
RMS	3.235	1.203	4.438
Total	50.689	38.176	88.865

BENEFÍCIOS DO PASSE ESCOLAR

Meia Tarifa desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam os requisitos para obtenção do benefício.

Passe Livre consiste na isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROUNI - Programa Universidade para Todos; estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade - Programa Escola da Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes "Baixa Renda", que são aqueles que compro-

vem renda familiar "per capita" inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamental e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício.

Em 2020, foram realizadas 1.097.014 viagens pelos estudantes beneficiados com o Passe Livre nas 04 (quatro) regiões metropolitanas*. Destaca-se que houve uma grande queda em relação a 2019, em que foram realizadas 15,8 milhões de viagens com o Passe Livre, em razão da suspensão das aulas em 2020 decorrente da pandemia da COVID-19. O acumulado no período 2015-2020 foi de 78,3 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa.



PASSAGEIRO IDOSO

A gratuidade nas linhas da EMTU/SP, conforme Lei estadual nº 15.187/2013, foi estendida aos cidadãos com idade entre 60 e 64 anos. O idoso realiza o embarque pela porta dianteira do ônibus e, ao aproximar o cartão do validador, passa pela catraca e desembarca pela porta traseira do veículo, o que permite ao passageiro mais opções de lugares no ônibus.

Até 2020, nas 04 (quatro) regiões metropolitanas² estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, 488.715 idosos com idade entre 60 e 64 anos. Os idosos com 65 anos de idade ou mais também, que já possuem o direito previsto na Constituição Brasileira, podem solicitar o cartão de transporte Sênior, mas não são obrigados a utilizá-lo nos ônibus, bastando apresentar um documento de identificação com foto (RG ou CNH).

O critério para obtenção do benefício é apenas a idade (entre 60 e 64 anos), independentemente do valor da renda pessoal/familiar, se está ou não aposentado, se está ou não ativo profissionalmente ou mesmo da localização da residência, se está ou não na região metropolitana (há muitos beneficiários residentes em outros Estados brasileiros).

Em 2020 foram 20,5 milhões de viagens realizadas gratuitamente pelos idosos com idade entre 60 e 64 anos (Sênior Paulista) nas mesmas 04 (quatro) regiões metropolitanas. A queda em relação a 2019, em que foram realizadas 38,6 milhões de viagens utilizando o benefício, se deu em razão da queda geral de demanda do transporte público decorrente da pandemia.

Desde 2015, quando o benefício foi regulamentado, o número de beneficiários cresce a cada ano. Houve uma queda no número de cadastros ativos na RMSP em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19.

No período 2015-2020, o Governo do Estado de São Paulo isentou 168,3 milhões de viagens realizadas pelos idosos.

IDOSOS COM IDADE ENTRE 60 E 64 ANOS COM BENEFÍCIO ATIVO NA EMTU/SP

Região	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RMSP	194.347	251.763	296.990	341.162	368.190	308.098
RMC	5.114	8.968	12.445	15.902	17.642	46.786
RMVPLN	9.377	14.969	19.583	21.773	24.833	90.507
RMS	0	5.789	7.698	10.380	12.335	43.324
Total	208.838	281.489	336.716	389.217	423.000	488.715

*São consideradas apenas 4 RM's pois a RMBS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Campanhas

Em 2020, foram realizadas diversas ações nos terminais metropolitanos para conscientização dos passageiros quanto a questões de cidadania e saúde pública, como testagens de HIV e Sífilis, celebração dos 14 anos da Lei Maria da Penha, atividades para promoção da Segurança no Trânsito.

Além disso, foram realizadas campanhas de vacinação da gripe e tríplice viral, totalizando em mais de 2 mil pessoas imunizadas.



Atendimento aos clientes e comunidades

Em 2020, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc.) realizaram 88.964 atendimentos e deste total 85,47% relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Itinerários e Serviços das Linhas Intermunicipais. Reclamações e/ou denúncias representaram

12,83% dos atendimentos, enquanto 1,70% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios.

Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso - disponível nos nove terminais metropolitanos do Corredor ABD e no Terminal Metropolitano de Cotia, por carta, fax, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação no total de atendimento (%)
Informações	Passe Escolar	22.905	25,75
	Serviços das linhas intermunicipais	15.389	17,30
	Itinerário	7.880	8,86
	Horário	8.127	9,14
	Outras*	21.728	24,42
Subtotal		76.029	85,47
Demandas	Sugestões e Elogios	1.514	1,70
	Reclamações e/ou Denúncias	11.421	12,83
Subtotal		12.935	14,53
Total		88.964	100

*Cart.Pass.Especial, endereço, greve, horário, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe escolar, passe idoso e vale transporte.

COMUNICAÇÃO

Redes Sociais Até dezembro de 2020 o Twitter da EMTU/SP contava com 58,9 mil seguidores; o Facebook, 37,2 mil, o Youtube mais de 2,4 mil internautas inscritos e no Instagram 9 mil seguidores.

Internet Em 2020 o site www.emtu.sp.gov.br contava com mais de 2,6 milhões de acessos.

App EMTU Já foram realizados mais de 1,85 milhão de downloads do aplicativo para celulares e tablets para consulta de linhas de ônibus, programação da viagem, tempo de percurso, sendo cerca de 480 mil apenas no ano de 2020.

Imprensa A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.



Podcast Em 2020, a EMTU/SP iniciou a publicação de podcasts visando informar os passageiros das cinco regiões metropolitanas sobre os diversos assuntos relacionados ao setor. Já foram abordados temas como o passo a passo para obter o Passe Livre e o Passe Escolar Meia Tarifa, ações de conscientização para o Carnaval 2020 e o transporte de animais domésticos nos ônibus metropolitanos.

Material Impresso Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

Whatsapp Clientes do Cartão BOM e passageiros das linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP contam desde outubro com o atendimento via Whatsapp. Além de oferecer mais comodidade por funcionar 24 horas por dia e todos os dias da semana, ainda é possível cancelar e solicitar a segunda via do BOM, consultar o número do cartão atual e obter orientações de como adquirir a primeira via. Passam também a contar com a entrega em domicílio que torna o processo de aquisição bem mais rápido.

EVENTOS TÉCNICOS



Em outubro, representantes da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, operadora de Linha de Metrô e de VLTs em Fortaleza, Sobral e Cariri, estiveram em Santos para conhecer o VLT da Baixada Santista. O objetivo foi colher informações sobre as características do sistema e as soluções encontradas para que o VLT conviva bem com o trânsito e a população ao redor.

Meio Ambiente



EM 2020, 9,5% DA FROTA

TOTAL CADASTRADA NA EMTU/SP FOI INSPECIONADA ATRAVÉS DO PROGRAMA E, DESSA PARCELA, 76,5% VEÍCULOS FORAM APROVADOS, TOTALIZANDO UM NÚMERO DE 1.856 VEÍCULOS.

PROGRAMA CONSCIENTIZAR

O Programa ConscientizAR visa diminuir a emissão de poluentes dos ônibus metropolitanos com a conscientização das empresas operadoras sobre a necessidade de manter os motores regulados. A emissão da fumaça preta é medida pelo opacímetro e em caso de reprovação do veículo, a operadora é notificada e na reincidência multada.

Na tabela acima, a porcentagem de aprovação tem como referência a frota inspecionada em cada Região Metropolitana.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PLACAS DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Foram mantidas as placas de captação de energia solar instaladas em 20 Estações de Embarque e Desembarque do Corredor Metropolitano Biléo Soares, na Região Metropolitana de Campinas - RMC, nos municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste.

As placas são conectadas com a rede da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, gerando ao Estado um crédito em energia que pode ser utilizado nas próprias paradas e também em outros equipamentos metropolitanos.

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO

A EMTU/SP tem à sua disposição, para aprimoramento dos serviços sob sua responsabilidade, o Programa Internacional STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, o qual estabelece mecanismos para acompanhamento da gestão ambiental do sistema de transporte público sob sua responsabilidade, analisando dados operacionais e de consumo emitidos pelas empresas operadoras do transporte, possibilitando a identificação de ações que venham a colaborar com a melhoria das condições ambientais.

O STAQ foi desenvolvido por meio de convênio de cooperação técnica entre a EMTU/SP e a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, entidade que recebeu doação financeira do Banco Mundial para o desenvolvimento de estudos e metodologias para implantação de gerenciamento ambiental e inserção de tecnologias limpas no transporte metropolitano.

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

A EMTU/SP, em conjunto com a Fundação Carlos Alberto Vanzolini – FCAV, está desenvolvendo um novo referencial técnico com especificação de critérios de desempenho a serem cumpridos, a fim de obter a certificação ambiental e energética Alta Qualidade Ambiental - AQUA-HQE para a infraestrutura de transporte público sob gestão da empresa.

Por meio do convênio de cooperação técnica firmado com a FCAV, foram realizadas discussões e foi elaborado estudo com o conjunto básico de critérios e indicadores de qualidade ambiental a serem aplicados nos empreendimentos da EMTU/SP. O material elaborado até o momento permite qualificar as novas contratações de estudos e projetos, visando a promoção da sustentabilidade do sistema.



Ações Administrativas

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



São Paulo Sem Papel

A EMTU iniciou em novembro a participação no Programa SP Sem Papel. Desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Prodesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Fundação Vanzolini, o objetivo do programa é reduzir e eliminar o trâmite de documentos em papel no âmbito da Administração Pública Estadual. Todos os cadastrados realizaram treinamento individual na plataforma.

Segurança ao Site da EMTU/SP

Em novembro, foi ativado o protocolo HTTPS no site da EMTU/SP, tornando mais seguro o acesso dos usuários ao portal e aos nossos sistemas.

Adequação à LGPD

A EMTU/SP iniciou estudos para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, os quais serão aprofundados durante o ano de 2021, por meio do levantamento das condições atuais da TI (banco de dados) e da aplicação de adequação à lei nos processos da empresa com o objetivo de regrar a coleta, armazenamento e utilização de dados pessoais.

ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO (ACI)

A Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, em continuidade à suas atividades em 2020, concluiu o processo de elaboração da matriz de riscos da EMTU/SP. Todas as 61 áreas empresa foram consultadas e orientadas sobre o objetivo e a metodologia da construção dos riscos pertinentes. Após ampla análise pela ACI, o resultado foi uma matriz de 9 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado em 2021.



ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO DE 2020, A EMTU/SP PROPORCIONOU AOS COLABORADORES 16.222 HORAS DE TREINAMENTO, APRESENTANDO A MÉDIA DE 59,45 HORAS/HOMEM.

RECURSOS HUMANOS

Educação no Trabalho

Em dezembro de 2020 constavam no quadro da empresa 45 estagiários de nível superior, contratados por intermédio do agente de integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.

Aprendiz

Em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CAMP-SBC e do ESPRO, em dezembro de 2020, a empresa contava com 20 Aprendizes.

Treinamento

Até o mês de dezembro de 2020, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 16.222 horas de treinamento, apresentando a média de 59,45 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 18.507,27 representando uma média per capita de R\$ 9,35.

Em razão da Pandemia, os treinamentos tiveram enfoques de capacitação e atualização profissional o formato de Ensino à Distância – EAD, destacando-se o significativo número de colaboradores treinados nos assuntos relacionados ao “Programa SP Sem Papel (Documentos Digitais: Apoio aos Formadores, Capacitação para indiretas, Tutoriais de Navegação e Gestão de Documentos Digitais para CADA e Protocolo)”, “ Microsoft Excel 2010 EAD - Funcionalidades Básicas”, “Comunicação Escrita”, “Fundamentos de Logística” , “EMTU 365 - Módulo Microsoft Teams”, “Código de Conduta e Integridade”, entre outros.

AÇÕES CONTRA A COVID-19



Conscientização da população

A Gerência de Marketing Institucional (GMI) produziu diversos conteúdos para as redes sociais da empresa com o objetivo de conscientizar a população sobre a gravidade da pandemia e as maneiras de se evitar a contaminação pelo novo coronavírus.



Grupo de trabalho

Visando agilizar medidas preventivas e fazer o acompanhamento e conscientização dos colaboradores em relação à pandemia, a diretoria formou um Grupo de Trabalho específico, GT-COVID que tem tomado a frente em informar e reportar o andamento das ações de prevenção contra a COVID-19 e apoio aos funcionários, terceirizados e seus familiares.

Intensificação da limpeza de estações e terminais

Para reforçar o combate e prevenção à COVID-19, as concessionárias que atuam nas regiões metropolitanas de São Paulo intensificaram a limpeza dos terminais que operam, além das 15 estações do VLT na Baixada Santista.

Além desse trabalho contínuo, em abril contamos com o esforço de uma equipe do Exército Brasileiro, que realizou a desinfecção dos Terminais Metropolitanos Santo André Oeste, Diadema e Piraporinha, e da Estação Anhanguera, na Região Metropolitana de Campinas.

Também foi realizada uma parceria entre a EMTU/SP e as unidades de saúde da Prefeitura de São Paulo, a qual possibilitou um trabalho contínuo de sanitização nos Terminais Metropolitanos São Mateus e Jabaquara desde julho.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista, a BR Mobilidade passou a utilizar no mês de outubro um sistema de desinfecção de ambientes por meio de luz ultravioleta (UV-C) nos ônibus intermunicipais e no VLT.



Frota com tecnologia antiviral

Foram apresentados em outubro de 2020 os doze primeiros ônibus com tecnologia antiviral, de 120 que passam a integrar a frota metropolitana. Bancos, balaustrades e catracas dos veículos foram revestidos com tecido que possui ação antibacteriana e antiviral - inclusive contra os micro-organismos envelopados, como são classificados os vírus influenza, herpes vírus e os coronavírus.



Totens de álcool em gel

Totens de álcool em gel com acionamento por pedal foram instalados nos terminais de Hortolândia, de Americana e de Campinas em setembro. Essa foi uma iniciativa da EMTU/SP, em parceria com o Consórcio BUS+, como forma de intensificar os cuidados com a higienização e proteção dos passageiros e funcionários.

Segurança aos funcionários

A EMTU/SP adquiriu 76 máscaras de proteção do tipo "face shield". O equipamento que funciona como uma barreira de proteção do rosto, evitando o contato com partículas do novo coronavírus, foi distribuído em junho aos agentes de inspeção e fiscalização das gerências regionais de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Corredores Metropolitanos e VLT



CORREDOR METROPOLITANO ABD (SÃO MATEUS–JABAQUARA) E EXTENSÃO DIADEMA–BROOKLIN

Ligaçāo entre São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, atravessando quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. Conta com 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus, nove terminais de integração, além da extensão compartilhada de 12 km que a partir do Terminal Diadema segue para a região da Av. Berrini em São Paulo.



Segurança no Trânsito

Ao longo do mês de outubro, a fiscalização da EMTU/SP promoveu um trabalho de conscientização junto ao departamento de operações da concessária Metra e com apoio da Polícia Militar, CPTRAN e Guarda Civil Metropolitana para alertar pedestres e ciclistas sobre o risco de circular na pista exclusiva do Corredor ABD.

Quem caminhava ou pedalava nas faixas de ônibus do corredor foi abordado pela equipe e recebeu orientações.



CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI)

O Corredor Guarulhos–São Paulo (Tucuruvi) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, dos quais 9,6 km são de faixa exclusiva para ônibus.



Trecho Vila Galvão / Estação Tucuruvi do Metrô

O Projeto Executivo contempla 4,5 km e prevê uma revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação.

CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-SP

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba terminando na divisa entre Osasco e São Paulo. Futuramente haverá integração com os ônibus municipais de São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:



**INAUGURADO EM 2017,
O VIADUTO AMERÍNDIA
TRANSPÕE A LINHA
8-DIAMANTE DA CPTM
E ESTÁ LOCALIZADO
ENTRE AS ESTAÇÕES
ENGENHEIRO CARDOSO,
EM ITAPEVI, E SAGRADO
CORAÇÃO, EM JANDIRA.**

Trecho Itapevi – Jandira (5 km)

Foram entregues em 2018, 5 km de viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, proporcionando mais segurança aos passageiros.

Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira. São elas: Benedito de Abreu, Conjunto Habitacional Cardoso, Ameríndia, Antônio Cardoso Fonseca, Rosa Maria, Mariana e Prestes Maia.

Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba (8,8 km)

As obras desse trecho foram concluídas em setembro de 2020. Neste trecho foram construídos o Terminal Metropolitano de Carapicuíba e as 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vítorio Fornazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas estão em execução.

A implantação da Est. de Transferência de Barueri não foi aprovada pela Prefeitura Municipal de Barueri que solicitou apenas a adequação do viário e da acessibilidade no local. Tais adequações no Projeto foram elaboradas e apresentadas à Prefeitura que ainda não as aprovou. Como a Estação de Transferência não será mais executada está prevista a suspensão deste escopo em 2021. Após a aprovação do novo projeto de adequação do viário e da acessibilidade pela Prefeitura de Barueri será realizada uma licitação específica.

Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco Km 21 (2,2 km)

O Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes dessa ligação foram contratadas em julho de 2018 e aguardam a Licença Ambiental de Instalação da CETESB, para ser dada ordem de início em relação à liberação de área ocupada às margens da ferrovia da linha 8 da CPTM.

O contrato contempla a construção do viaduto Carapicuíba, alças de acesso à Parada Brasil e a conclusão da Parada Fórum. As obras do Viaduto serão iniciadas somente após a desocupação completa da área de implantação do viaduto pela Prefeitura de Carapicuíba que deverá deixar o local do empreendimento livre e desimpedido. A previsão de entrega é 2023.



Trecho km 21 Osasco – Terminal Vila Yara - Osasco (6,7 km)

O contrato das obras desse trecho contempla a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara), a execução de 6,7 km de viário e 10 estações de embarque e desembarque. As obras de Reforma e Ampliação do Terminal Vila Yara, em Osasco foram iniciadas em março de 2018 e concluídas no segundo semestre de 2020.

O trecho de viário na Avenida dos Autonomistas prevê 10 estações de embarque e desembarque já conta com os projetos Básico e Executivo e Licença Ambiental Prévia, faltando apenas os recursos financeiros à desapropriação da área.

SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

Trecho São Vicente (Barreiros) – Porto (Santos)

(11,5 km)

Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. O trecho conta com um pátio de estacionamento e manobras, localizado no Terminal Barreiros para apoio à circulação dos VLT's no sentido Barreiros-Porto, um biciletário com capacidade para 100 unidades e um edifício de apoio de 164 m² de área, que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores.

Localizado na região do Porto, o pátio de manutenção e estacionamento tem capacidade para 33 VLT's. Conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e outros itens. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações – CCO do VLT, instalado em prédio de 3.050 m². Possui 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para controle da operação, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das estações e vias.



O VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS TEM EMISSÃO ZERO DE POLUENTES. INTERAGE COM O MEIO URBANO DE MANEIRA AMIGÁVEL, CIRCULANDO AO NÍVEL DAS RUAS, PRESERVANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E COLABORANDO PARA A REVITALIZAÇÃO URBANÍSTICA DAS VIAS POR ONDE PASSA.



Trecho Conselheiro Nébias – Valongo (Santos)

(8 km)

Essa ligação terá 8 km de extensão e 14 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já estão contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação. Quanto às desapropriações previstas, já foram realizadas as imissões na posse.

Em setembro de 2020 foi emitida a Ordem de Início das Obras. No mesmo mês, a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB.

Trecho Barreiros – Samaritá (São Vicente)

(7,5 km)

Com uma extensão de 7,5 km, esse trecho possui projeto básico concluído. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho, com abertura das propostas agendada para março de 2021. Está prevista para o mesmo ano a contratação das obras para implantação da Ponte dos Barreiros.

CORREDOR METROPOLITANO VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE)

O corredor da RMC possui 31,7 km extensão, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total 20,9 km são de faixas exclusivas para ônibus.



Em Campinas, o Corredor conta com 3,8 km de faixas exclusivas, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, uma Estação de Transferência e mais duas paradas com elevador, além das Paradas Alberto Sarmento e Balão do Tavares.

Em Hortolândia há 3,5 km de faixas exclusivas, o Terminal Hortolândia, além da Estação de Transferência Pinheiros. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência Km 101 – Maria Antônia, próxima à Rodovia Anhanguera, fora do eixo do corredor, porém importante para a organização das linhas da região.

Em Nova Odessa há 5,7 km de faixas exclusivas, uma estação Rodoviária (Dona Catharina Fernandez Welsh) e a Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixas exclusivas além do Terminal Metropolitano de Americana e a Estação de Transferência Abdo Najar.

Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, 6,2 km de faixas exclusivas e duas Estações de Transferência, a Amizade e a São Paulo.

Trecho Nova Odessa – Americana – Sta. Bárbara D’Oeste (24,3 km)

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros).

Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D’Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D’Oeste.

Em dezembro desse ano foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018) envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D’Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Cór-

regos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

Está em análise na CETESB a solicitação da LO – Licença Ambiental de Operação para o empreendimento ainda não emitida pelo órgão.

Trecho Hortolândia – Sumaré – Campinas (5,4 km)

Esse trecho do corredor da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) está com obras em andamento em parte de sua extensão. Nesse trecho já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 com término previsto para março de 2021. Dentro desse contrato serão entregues duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II na Av. Lix da Cunha, em Campinas.



Desempenho Econômico - Financeiro



A EMTU ENCERROU O ANO DE 2020 COM R\$ 13 MILHÕES DE SALDO POSITIVO DE RECURSOS PRÓPRIOS, SEM DEIXAR DE PAGAR TODOS OS SEUS FORNECEDORES REGULARMENTE.

No encerramento do exercício de 2020, a realização da gestão financeira demonstra que a EMTU/SP, apesar das grandes dificuldades geradas pela pandemia, manteve sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

Grande parte das receitas operacionais da empresa são diretamente relacionadas à demanda de transporte de passageiros. As perdas foram absorvidas pela utilização de recursos próprios de caixa em conjunto com ações estratégicas e tempestivas, de ordem econômica e financeira, do corpo diretivo da empresa.

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020

Receitas Próprias / Despesas de Custeio

A execução orçamentária do exercício de 2020, em se tratando de Receitas Próprias e Despesas de Custeio, ocorreu satisfatoriamente dentro dos parâmetros estabelecidos no Orçamento Empresarial para o período.

As Receitas Próprias alcançaram um nível de realização da ordem de 88,1% em relação ao projetado para o período, e as Despesas de Custeio 94,4%. Essas receitas reduziram por conta dos efeitos da COVID-19 já mencionados nesse relatório.

Investimentos - Realizado 2020

Os Investimentos orçados para 2020 contaram com uma dotação inicial de recursos de R\$ 221,2 milhões referentes à LOA 2020 (nº 17.244, de 10/01/2020), e R\$ 216,7 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, totalizando uma dotação de R\$ 437,9 milhões.

Foram disponibilizados, durante o exercício de 2020, R\$ 33,7 milhões com recursos da Fonte 1 – Tesouro do Estado e R\$ 29,9 milhões da Fonte 006 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios), referentes à Restos a Pagar de exercícios anteriores, e somente R\$ 9,8 milhões de recursos originários da Fonte 7 - Operações de Créditos, LOA 2020, totalizando R\$ 73,4 milhões, totalmente utilizados, representando 100% de realização do recebido pela EMTU/SP (Fonte 1-GESP / Fonte 6-DREM / Fonte 7-CEF). Referente ao aprovado em Lei, foi recebido, e realizado, apenas 4,4%.

A EMTU/SP iniciou o exercício de 2020 com saldo de caixa* no valor de R\$ 13,0 milhões e terminou com R\$ 4,6 milhões, uma diferença de R\$ 8,4 milhões.

* Saldo de caixa referente apenas a Recursos do Tesouro

Investimentos – Previsto 2021

Para o exercício de 2021, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 188,3 milhões, aprovada pela LOA N° 17.309, de 29 de dezembro de 2020.

Após o abatimento do valor de R\$ 128,5 milhões referente ao contingenciamento estabelecido para os recursos oriundos da Fonte 01-Tesouro do Estado, resulta um novo valor de dotação disponível de R\$ 60,1 milhões, exclusivos para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT). Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 4,6 milhões e R\$ 281,2 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2019 e Restos a Pagar/2020, perfaz o valor de R\$ 345,9 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 - Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo.

SAIBA MAIS

Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte 1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o

Plano de Negócios EMTU – 2020

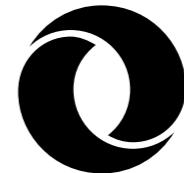
acessando o site da EMTU/SP: www.emtu.sp.gov.br, aba Institucional, item Governança Corporativa.

Créditos

**Departamento de Planejamento Corporativo
e de Transporte - DPC**
Elaboração

Departamento de Contabilidade - DCT
Anexos

Gerência de Marketing Institucional - GMI
Edição e Diagramação



Anexos

BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

ATIVO

Nota	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		
4	1.224	2.858
Aplicações Financeiras	17.354	57.380
Contas a Receber	26.669	49.402
Créditos Fiscais a Recuperar	234	565
Estoques	235	301
Créditos Diversos	1.025	466
Despesas Pagas Antecipadamente	369	645
Total do Circulante	47.110	111.617
NAO CIRCULANTE		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais	3.752	2.579
Onibus Célula a Hidrogênio	3.100	3.100
Total do Realizável a Longo Prazo	6.852	5.679
PERMANENTE		
Imobilizado	1.302.736	1.252.708
Intangível	776.571	811.615
Total do Permanente	2.079.307	2.064.323
Total do não Circulante	2.086.159	2.070.002
TOTAL DO ATIVO	2.133.269	2.181.619

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor-Presidente

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87

BALANÇO PATRIMONIAL
 (Expresso em R\$ mil)

P A S S I V O

Nota	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Fornecedores		
9	13.123	39.508
10	6.395	6.778
Provisão para Férias e Encargos	7.685	7.781
Contas a Pagar	4.092	3.824
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	5.365	3.625
Total do Circulante	36.660	61.516
NAO CIRCULANTE		
Fornecedores	1.718	2.222
Depósitos Judiciais	2.694	2.694
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	142.202	98.966
Retenções Contratuais	213	232
Total do não Circulante	146.827	104.114
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Autorizado	2.806.418	2.806.418
Capital a Subscrever	(397.525)	(480.368)
Capital Integralizado	2.408.893	2.326.050
Capital Atualizado	2.408.893	2.326.050
Reserva de Incentivos Fiscais	64	64
Prejuizos Acumulados	(402.642)	(262.828)
Ajustes Patrimoniais	(178.060)	(178.060)
Adiantamento para Aumento de Capital	121.527	130.763
Total do Patrimônio Líquido	1.949.782	2.015.989
TOTAL DO PASSIVO		
	<u>2.133.269</u>	<u>2.181.619</u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

 MARCO ANTONIO ASSALVE
 Diretor-Presidente

 GIULIANO VINCENZO LOCANTO
 Diretor Administrativo e Financeiro

 FRANCISCO EIJI WAKEBE
 Diretor de Gestão Operacional

 VERA APARECIDA PIFFER
 Contadora
 CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
 CPF 952.677.438-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Expresso em R\$ mil)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14		
Venda de Serviços		93.880	138.084
Impostos Incidentes s/ Vendas		(8.534)	(12.836)
Receita Operacional Líquida	14	85.346	125.248
Custo dos Serviços Prestados	17	(127.460)	(141.829)
Lucro Bruto		(42.114)	(16.581)
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(51.252)	(22.917)
Provisão para Contingências	12	(44.800)	(15.420)
Vales Transporte não Remidos	11	-	1.198
Outras Receitas Operacionais	15	5.294	5.351
Outras Despesas Operacionais	16	(7.604)	(9.306)
Variações Monetárias Passivas		(365)	(551)
Baixa de bens do Ativo Permanente		(2)	(1)
		(98.729)	(41.646)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(140.843)	(58.227)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		1.369	3.764
Despesas Financeiras		(340)	(753)
Resultado Financeiro Líquido		1.029	3.011
Prejuízo Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(139.814)	(55.216)
Imposto de Renda		-	(617)
Contribuição Social sobre o Lucro		-	(206)
Prejuízo Líquido do Exercício		(139.814)	(56.039)
Prejuízo por Lote de Mil Ações		(0,06)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

MARCO ANTONIO ASSALVE
 Diretor Presidente

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
 Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EIJI WAKEBE
 Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFER
 Contadora
 CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
 CPF - 952.677.438-87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado		Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/ (Prejuizos) Acumulados	Total
	Autorizado	A Integralizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.806.418		(480.368)	2.326.050	64	31.561	4.877
Ajuste de Exercícios	-	-	-	-	-	(182.937)	-
Aumento de Capital Autorizado	-	-	-	-	-	-	(182.937)
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Capital Integralizado	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	99.202	-	99.202
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(56.039)	(56.039)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.806.418		(480.368)	2.326.050	64	130.763	(178.060)
Ajuste de Exercícios	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Autorizado	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	82.843	82.843	-	(82.843)	-	-	-
Capital Integralizado	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	73.607	-	-	73.607
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(139.814)	(139.814)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.806.418		(397.525)	2.408.893	64	121.527	(178.060)
							(402.642)
							1.949.782

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

MARCO ANTONIO ASSALVE
 Diretor- Presidente

GUILIANO VINCENZO LOCANTO
 Diretor Administrativo e Financeiro

FERNANSCIO EIJU WAKEBE
 Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER

Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
 CPF - 952.677.438-87

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Expressa em R\$ mil)

	31.12.2020	31.12.2019
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	60.238	66.132
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(139.814)	(56.039)
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	66.388	254.411
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.381	8.068
Total	(68.045)	206.440
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	17.353	(11.691)
Créditos Fiscais a Recuperar	331	(323)
Estoque	66	190
Créditos Diversos	(560)	288
Despesas Pagas Antecipadamente	275	(419)
Total	17.465	(11.955)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	(26.385)	6.709
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	(383)	233
Provisão de Férias	(96)	364
Contas a Pagar	267	372
Passivo Contingente (Civil e Trabalhista)	43.236	(19.090)
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	1.741	(17.630)
Total	18.380	(29.042)
Total das Atividades Operacionais	(32.200)	165.443
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Contas a Receber	-	-
Ônibus Célula a Hidrogênio	-	-
Depósitos Judiciais	(1.173)	3.451
Imobilizado	(81.393)	777.744
Intangível	22	(867.988)
Total das Atividades de Investimento	(82.544)	(86.793)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	(504)	(651)
Depósitos Judiciais	-	-
Retenção Contratual	(19)	(158)
Capital Autorizado	-	-
Capital a Subscrever	82.843	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Ajuste Patrimonial	-	(182.937)
Adiantamento para Aumento de Capital	73.607	99.202
Aumento de Capital	(82.843)	-
Total das Atividades de Financiamento	73.084	(84.544)
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	(41.660)	(5.894)
SALDO FINAL DO DISPONÍVEL	18.578	60.238

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor-PresidenteGUILIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e FinanceiroFRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão OperacionalVERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87

**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

	31.12.2020	%	31.12.2019	%
RECEITAS	99.261		130.016	
Vendas de Serviços	93.880		138.084	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.381		(8.068)	
Outras Receitas e Despesas	-		-	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(32.878)		(12.635)	
Custo dos Serviços Prestados	(18.928)		(23.820)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	(13.950)		11.185	
RETENÇÕES	(63.078)		(69.926)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(63.078)		(69.926)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.305		47.455	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.661		10.312	
Receitas Financeiras	6.661		10.312	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	9.966		57.767	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.966		57.767	
Pessoal e Encargos	76.632	768,87	77.289	133,80
Impostos, Taxas e Contribuições	22.465	225,40	27.735	48,01
Juros e Aluguéis	50.683	508,51	8.782	15,20
Lucros retidos/Prejuízo do Exercício	(139.814)	(1.402,78)	(56.039)	(97,01)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor-Presidente

GUILIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Expresso em R\$ mil)

31.12.2020

31.12.2019

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(139.814)

(56.039)

Outros resultados abrangentes

Total do Resultado Abrangente

(139.814)

(56.039)

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

MARCO ANTONIO ASSALVE

Diretor-Presidente

GUILIANO VINCENZO LOCANTO

Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO ELIAS WAKRE BE

Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16.

Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

2. IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

Diante disso, durante o exercício de 2020, a Administração da Companhia emitiu normas e procedimentos que tinham o objetivo de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Ademais, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, onde diversas atividades econômicas foram

suspensas com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, consequentemente, diminuir a disseminação do COVID-19.

Diante do cenário de agravamento da pandemia no segundo semestre de 2020, as atividades econômicas da Companhia foram afetadas de forma significativa com o impacto financeiro direto na sua arrecadação, tendo em vista a redução substancial na quantidade de passageiros transportados que ocasionou uma importante redução em suas receitas operacionais, com reflexos significativos nos fluxos de caixa na Companhia que sofreram redução no montante de R\$ 41,660 mil e nas receitas uma redução na ordem de R\$ 44,204 mil até 31 de dezembro de 2020.

Ainda como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, em 12 de agosto de 2020, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que tem por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado em detrimento dos efeitos da Pandemia COVID-19 sobre suas receitas públicas.

Dentre as medidas propostas pelo Governo Estadual, está a extinção de uma série de entidades descentralizadas, sendo que uma delas é a EMTU/SP, sendo que a justificativa da extinção da Companhia decorre do fato de que na atual estrutura do Estado, a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, já executa atividades de gerenciamento de contratos de concessão de operação de rodovias, sendo que a junção da gestão dos contratos de concessão dos transportes de passageiros em uma única entidade traria a racionalização dos trabalhos.

Com isso, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP, após processo de dissolução, liquidação e extinção da Companhia, poderão ser transferidos ao Estado e poderão, conforme consta no referido Projeto de Lei, ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público.

O referido projeto de Lei foi aprovado em 15 de outubro de 2020 e, consequentemente, promulgada a Lei Estadual nº 17.293 a qual autoriza o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia. Conforme artigo 2º (segundo) da referida lei, a adoção das providências para extinção da Companhia deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogável por até duas vezes por igual período. Nesse sentido, até a emissão destas demonstrações trimestrais, não haviam sido adotadas medidas relacionadas aos procedimentos para extinção da Companhia e, portanto, a Administração mantém suas atividades operacionais e continua preparando suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Não obstante, a Companhia continua promovendo ações de controle rigorosas para garantir a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos refletidos na atividade operacional.

3. IMPACTOS RELACIONADOS À DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Conforme demonstrado na nota explicativa número 8 – Imobilizado e 9 – Intangível, durante o exercício de 2019, com base nas informações contábeis e do departamento de obras relativas à conclusão das obras em andamento administradas pela Companhia, foi realizado levantamento para transferência do imobilizado em andamento para imobilizado em uso.

Em decorrência das transferências realizadas em 2019, no montante de R\$ 1.775 bilhões para o imobilizado em uso e ativo intangível a Companhia passou a contabilizar a depreciação e amortização desses ativos.

Consequentemente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante contabilizado relativo à depreciação e amortização foi de R\$ 63.0787 milhões contra R\$ 69.926 milhões em 2019, com impacto direto no resultado do período.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis apresentadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

Em 19 de fevereiro de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão e apresentação destas demonstrações contábeis.

4.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as práticas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber e outros créditos; Nota 8 – Imobilizado, Nota 9 – Intangível e Nota 12 – Provisões para Contingência.

4.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

4.4. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

4.5 Reclassificações

Determinados montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Tais reclassificações não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, e estão apresentados da seguinte forma:

	Saldos em 31 de dezembro de 2.019		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	(38.337)	15.420	(22.917)
Provisão para contingências	-	(15.420)	(15.420)

Além disso o grupo de receitas e despesas operacionais, agrupava também o resultado financeiro que foi segregado na Demonstração do Resultado do Exercício, ficando apresentado da seguinte forma:

	Saldos em 31 de dezembro de 2.019		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Receitas (Despesas) Operacionais	(38.635)	(3.011)	(41.646)
Resultado financeiro	-	3.011	3.011
Receitas financeiras	-	3.764	3.764
Despesas financeiras	-	(753)	(753)

5. Principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

5.2 Instrumentos financeiros

- a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

iii) *Impairment* de ativos financeiros

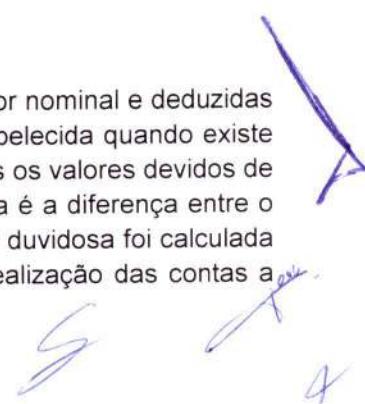
A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

5.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.



Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

5.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

5.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 8.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 8).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

5.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 9).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

5.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível não foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não sendo possível, portanto, identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não realizou o teste de avaliação do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis, porém entende que não há indícios de perdas de *impairment* a serem registrados como provisão para perdas. Ademais, a Administração da Companhia avalia a possibilidade de contratar empresa especializada para realização do teste de *impairment* a partir do exercício de 2021.

5.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

5.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingentes.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 10.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 142,202 mil em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 10.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 5, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

5.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

5.11 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

5.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

5.13 Receitas de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

5.14 Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

5.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quanto referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são

realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

5.16 Novas normas e interpretações em vigor

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)	<p>Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes.</p> <p>Determina assim que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento.</p> <p>A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações contábeis.</p> <p>Preliminarmente não foi verificada a existências de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil.</p> <p>Por outro lado, como Arrendador a Companhia possui contratos de locação e/ou sublocação de imóveis que em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2021.</p>

6.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e Bancos	1.224	2.858
Aplicações Financeiras	17.354	57.380
TOTAL	18.578	60.238

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

7. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

7.1 Contas a Receber, líquidos.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	13.142	-	25.031	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	9.602	1.439	10.212	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	-	-	12.197	-
Ressarcimento de Despesas	10.091	-	8.467	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1.996	-	2.011	-
Monitoramento	188	-	191	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	1.434	-	1.532	-
Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda.	4.600	-	2.542	-
Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil	-	3.100	-	3.100
Outros Créditos	8.321	279	4.542	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos	(22.705)	(1.718)	(17.323)	(1.718)
TOTAIS	26.669	3.100	49.402	3.100

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infra-estrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos.

Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário.

A EMTU/SP em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, desenvolve o projeto "Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil".

Em 2012 foi transferida a titularidade de um ônibus protótipo para a EMTU/SP por meio do documento "Termo de Transferência de Titularidade de Bens" emitido pelo PNUD em conjunto com o MME, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo **Documento de Projeto** firmado entre o **Governo da República Federativa do Brasil** e o **PNUD**.

Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de

26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 4,690 milhões (R\$ 18,342 milhões em 2019).

A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 24,423 milhões (R\$ 19,041 milhões em 2019). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais casos que compõem o saldo de PCLD de acordo com a classificação contábil são os seguintes:

Contas a receber de – clientes (em reais)

Cliente	Saldo contábil
Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos	5.822.758,32
Tucuruvi Transportes e Turismo Ltda.	2.063.802,04
Markplan - Marketing, Planejamento e Propaganda Ltda	1.702.825,47
D. G. Bombonieri Comercio de Alimentos Ltda - Me	1.237.870,73
Viação Padre Eustáquio Ltda	1.018.594,69
Mobibrasil Transporte Diadema Ltda	1.081.969,84
Companhia de Gás de São Paulo - Comgas	923.518,14
Consórcio Intervias	481.838,08
Consorcio Bus +	390.722,50
Consórcio Internorte de Transportes	379.767,50
Brasil Mídia Exterior S.A.	184.734,54
Secretaria da Fazenda	264.435,39
Prefeitura Municipal de Santos	140.175,15
Consórcio Unileste	127.583,87
Francisco de Assis Araújo Camelo - Me	125.191,52
Clientes abaixo de R\$ 100.000	725.222,56
Total PCLD Clientes	16.671.010,34

Contas a receber – Gerenciamento (RESEGE) (em reais)

Cliente	Saldo contábil
Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos	1.807.885,05
Consórcio Intervias	1.489.208,30
AVA - Auto Viação Americana S/A	431.514,72
Empresa de Ônibus Vila Elvio Ltda	440.167,98
Independência Transporte Coletivo Ltda	117.853,09
Viação Piracema de Transportes Ltda	148.852,80
Viação Cidade Verde Ltda	22.690,38
Expresso Gardênia Ltda	23.405,80
Eulálio Alves do Nascimento Transportes-Me	10.959,42
Gercilio Neves da Silva Transportes Me	10.553,94
Clientes abaixo de R\$ 10.000	(472.083,73)
Total PCLD RESEGE	4.031.007,75

7.2 Contas a receber vencidos e a vencer

	31.12.2020	31.12.2019
A vencer	11.029	33.778
Vencidos até 3 meses	5.005	13.346
Vencidos acima de 3 meses	38.158	24.420
TOTAL	54.192	71.544

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2020	31.12.2019
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	2.848	1.862
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	904	717
TOTAIS	3.752	2.579

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

9. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	2020		2019	
			Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.241	1.142	99	131
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	50	316.580	60.200	256.380	262.791
Edificações	1,1866% a 1,2400%	50	151.857	6.261	145.596	148.679
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.650	4.352	2.298	2.430
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	4.500	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	25	490.171	94.261	395.910	415.517
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	3.465	3.395	70	96
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	2.790	2.461	329	391
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	29.197	9.859	10.378
Imobilizações em Andamento	0%	-	486.146	-	486.146	404.063
Instalações	10%	10	1.524	1.413	111	122
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	4.945	5.938	8.110
TOTAIS			1.514.863	212.127	1.302.736	1.252.708

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da revisão dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R\$ 4.877 milhões, contabilizados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2.020 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 486.146 (R\$ 404.063 em 2.019) referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2020	31.12.2019

	Não Circulante	Não Circulante
Obras em andamento – São Paulo	337.810	306.143
Obras em Andamento – Baixada Santista	89.767	53.516
Obras em Andamento – Campinas	55.944	41.779
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	1.552
TOTAIS	486.146	404.063

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

O referido trabalho resultou, até 31 de dezembro 2019, na transferência do montante de R\$ 905.883 milhões para o imobilizado em uso referente ao VLT Baixada Santista e das obras relativas aos corredores metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que já possuem trechos em operação e R\$ 867.930 milhões, para o ativo intangível relacionado aos corredores metropolitanos.

A movimentação das obras em andamento realizadas durante o exercício de 2019 está assim apresentada:

Descrição	Saldo 31.12.2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31.12.2019
Obras em Andamento – São Paulo	306.143	31.742	-	75	337.810
Obras em Andamento – Baixada Santista		36.256	-	5	89.767
Obras em Andamento – Campinas	53.516	14.165	-	-	55.944
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	41.779	-	-	-	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.073	-	-	-	1.552
Total	404.063	82.163	-	205	486.146

9.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados. No entanto, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais. Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância

entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

9.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas avaliação quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil. No entanto, a Administração da Companhia entende que o valor justo dos ativos imobilizados e intangíveis não difere significativamente do valor que o imobilizado possui contabilizado em 31 de dezembro de 2020.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

<u>A partir de janeiro de 2020</u>		<u>Até dezembro de 2020</u>	
		Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar.	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

10.INTANGÍVEL

		2020			2019	
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.670	5.403	267	316
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos e Desenvolvimento Sistema Trólebus	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	50	961.325	187.109	774.216	809.211
TOTAIS			986.585	210.014	776.571	811.615

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

Em decorrência das transferências demonstradas na Nota Explicativa nº 7, durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R\$ 131,131 milhões relativo à amortização dos custos com corredores metropolitanos transferidos para o ativo intangível, sendo que desse montante R\$ 96,414 milhões foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 34,717 milhões no resultado do exercício.

10.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis – *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangíveis. No entanto, a Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2020 e de 2.019, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

Ademais, conforme mencionado anteriormente, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais. Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas que deram origem a esses ativos intangíveis (Corredores Metropolitanos), não têm por objetivo o retorno do investimento realizado. Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

11. FORNECEDORES

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	502	1.382	485	1.884
CMT	4.098	-	15.911	-
Serviço Especial - Ligado	-	-	12.154	-
Remição/Remição RTO/Senior	1.189	-	2.148	-
Programa Passe Livre	610	-	922	-
Porto Seguro	1.164	-	2.633	-
TB	525	-	476	-
Noxxon	228	-	233	-
Ame	246	-	249	-
Metra Sistema Metropolitano	98	-	9	-
Benner	26	-	26	-
Bus+	934	-	1.574	-
SPTTrans	-	-	220	-
Sodexo	310	-	318	-
Ticket	124	-	127	-
Outros	3.169	336	3.468	338
TOTAIS	13.123	1.718	39.508	2.222

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2020	31.12.2019
IRRF a recolher	1.567	1.546
ISS retido na fonte a recolher	234	178
PASEP a recolher	67	147
COFINS a recolher	308	679
INSS retido na fonte a recolher	269	232
Retenção CPRB a recolher	97	112
Total obrigações fiscais	2.542	2.894
Salários e ordenados a pagar	1.634	1.595
Pensão alimentícia a pagar	23	33
Honorários da diretoria a pagar	114	118
Rescisões a pagar	11	11
INSS a recolher	1.532	1.547
FGTS a recolher	406	407
Mensalidade sindical	1	1
Verba de sucumbência a pagar	25	22
Empréstimo consignado a pagar	107	150
Total encargos sociais e trabalhistas	3.853	3.884
TOTAIS	6.395	6.778

13. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2020	31.12.2019
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	5.366	3.625

O valor de R\$ 5.366 (R\$ 3.625 em 2019) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT's, e de convênios/contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, entre outros.

14. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
	Circulante	Circulante
Trabalhistas	1.236	792
Cíveis e Fiscais	140.966	98.174
TOTAIS	142.202	98.966

14.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 169 (183 em 2019) processos de natureza trabalhista.

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências trabalhistas, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Provável, Pouco Provável e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício de 2020 está assim apresentada:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2.019	792
Adições	802
Liquidações e/ou baixas	(358)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	-
TOTAIS	1.236

14.2 Processos Cíveis e fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 126 (166) processos de natureza cível. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, indenizações por dano material e moral.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Alto, Médio e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações cíveis e tributárias durante o exercício de 2020 está assim apresentada:

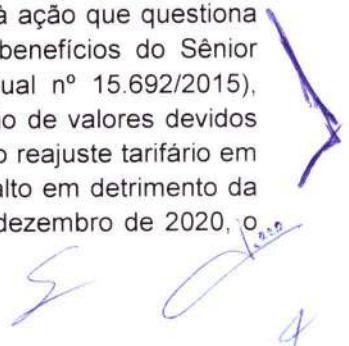
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2.019	98.174
Adições	804
Liquidações e/ou baixas	(1.029)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	43.017
TOTAIS	140.966

Conforme demonstrado, houve atualizações durante o exercício de 2020, principalmente em relação à ação movida pelo SINFRET que passou de R\$ 34,187 em 2019 para R\$ 73,886 em 2020. Porém, os montantes das causas não sofreram variações significativas, exceto quanto à contabilização dos valores que passaram a ser registrados com base no risco jurídico ALTO ou PROVÁVEL, com divulgação das ações classificadas como risco jurídico POSSÍVEL, conforme Nota Explicativa nº 14.3.

As variações relevantes ocorridas no exercício de 2020, estão apresentadas abaixo:

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- SINFRET: Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização do no valor de R\$ 34,187 mil, totalizando o valor do processo para R\$ 73,886 mil (incremento de R\$ 39,699 mil);
- Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II: constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4,919 milhões referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2020 a provisão relacionada à essa ação era de R\$ 7,918 mil.
- Consórcio Ferreira Guedes – Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17,473 mil que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo permanece sem alterações.
- Consórcios INTERVIAS, ANHANGUERA, INTERNORTE e UNILESTE: A provisão constituída durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 10,264 milhões, se refere à ação que questiona suposta retenção de valores no ressarcimento das gratuidades dos benefícios do Sênior Paulista (Lei Estadual nº 15.187/2013) e do Passe Livre (Lei Estadual nº 15.692/2015), quando dos pagamentos realizados em maio/2018 para a compensação de valores devidos em favor da EMTU/SP a título de Parcela "A" do ressarcimento, pelo não reajuste tarifário em janeiro de 2014 (Processo STM nº 503/2014), classificado como risco alto em detrimento da matéria e de decisões judiciais favoráveis aos Consórcios. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dessa provisão é de R\$ 6.000 milhões;



- Consórcio Corredor 4 Guarulhos: A provisão que foi constituída durante o exercício de 2018 estava apresentada no montante de R\$ 4.063 milhões e posteriormente atualizada para R\$ 3.507 milhões em 2019, trata-se de ação de indenização por acréscimo de despesas suportadas pela autora em razão da prorrogação contratual e pela supressão contratual acima do limite previsto em lei. Em 2020 foi totalmente liquidado;
- Consórcio Corredor 4 Itapevi: Provisão constituída no montante de R\$ 16.768 mil (R\$ 5.762 mil em 2019) relativa a multas e descumprimentos contratuais e cobrança por serviços não pagos por ausência de previsão contratual, perdas e danos. Ação julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 5.438 milhões (agosto/2012) acrescidos de correção monetária, além de indenização por lucros cessantes em razão da rescisão contratual, que deverão ser apurados na fase de liquidação.

14.3 Processos judiciais não provisionados

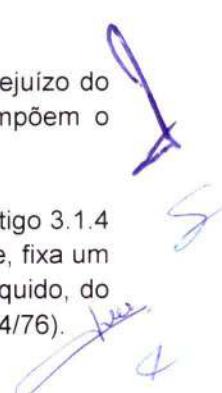
A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Trabalhistas	11.396	5.767
Cíveis e Fiscais	14.887	18.375
TOTAIS	26.283	24.142

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 240.889.266.402 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 2019 o valor de R\$ 2.408.892.664,02 (R\$ 2.326.049.905,61 em 2019), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.
- b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159.962,99 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível conforme Notas Explicativas nº 9 e 10.
- c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2020, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 121.527.450,93 (R\$ 130.762.922,69 em 31.12.2019) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.
- d) Lucro (prejuízo por ação) - O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

- e) Destinação do resultado e dividendos – O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).



Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo líquido em suas demonstrações contábeis e por isso em 2021, a Administração da Companhia indicou à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que não fossem pagos dividendos ou juros sobre capital próprio.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com taxas e tarifas – operação do sistema e Trólebus	3.150	4.752
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão – Regiões Metropolitanas	29.442	43.292
Gerenciamento e Multa – Concessão	51.877	76.560
Receitas com locação e sublocação de imóveis	4.591	8.396
Carteira Transporte Escolar Metropolitano	2.876	4.125
Receitas diversas ^(a)	1.944	959
SUBTOTAL	93.880	138.084
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(8.534)	(12.836)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	85.346	125.248

a) Em 31 de dezembro de 2.020 inclui o montante de R\$ 1.766 (R\$ 573 em 2019), referente à reversão e recebimento de perdas esperadas na realização de créditos com clientes (reversão da PCLD);

b) Inclui o montante de R\$ 1.522 (R\$ 2.290 em 2019) e R\$ 7.012 (R\$ 10.546 em 2019), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 5.294 registrado em 2020 (R\$ 5.351 em 2019) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R\$ 4.851 (R\$ 5.187 em 2019) se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais e Outros.

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 7.604 registrado em 2020 (R\$ 9.306 em 2019), contabilizado como Outras Despesas Operacionais, R\$ 7.056 (R\$ 8.641 em 2019) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.020.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	44.632	49.664
Materiais	639	711
Utilidades e serviços	19.632	21.845

Depreciação e amortização	62403	69.438
Gastos gerais	154	171
SUBTOTAL	127.460	141.829
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	41.183	42.548
Materiais	373	209
Utilidades e serviços	8.601	10.416
Depreciação e amortização	870	487
Gastos gerais	225	126
Provisões contingenciais	44.800	(15.449)
SUBTOTAL	96.052	38.337
TOTAIS	223.512	180.166

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	962	2.983
Descontos e abatimentos	193	195
Juros e encargos ativos	214	586
SUBTOTAL	1.369	3.764
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(339)	(697)
Encargos por atraso e IOF	(1)	(56)
SUBTOTAL	(340)	(753)
TOTAIS	1.029	3.011

21. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2019, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sénior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada à remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	18.578	60.238
Contas a receber de clientes	26.669	49.402
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	13.123	39.508
Contas a pagar	4.092	3.824
Recebimentos antecipados	5.366	3.625

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

- b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as

atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS e a dívida relacionada ao ICMS sobre tração, são exigíveis em curto prazo.
- Risco de Crédito – decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

24.EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2021.

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor-Presidente

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT-CRC – 1SP – 145.904/O-2
CPF-952.677.438-87

**EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. -
EMTU/SP**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Relatório da Administração referente ao Exercício de 2020

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado dos exercícios

Quadro 3 - Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 6 - Demonstração dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Dissolução, liquidação e extinção da Companhia - Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 (Projeto de Lei 529/2020)

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, a Companhia está sendo impactada de forma significativa pelos efeitos da pandemia COVID-19 em decorrência das restrições impostas pelo Governo do Estado de São Paulo que tem por objetivo combater a disseminação do coronavírus no Estado. Tais restrições tem causado impacto na atividade econômica no Estado de São Paulo e, consequentemente, nas atividades operacionais da Companhia que vem sofrendo reflexos importantes da geração de receitas e nos seus fluxos de caixa em decorrência da redução significativa na quantidade de passageiros transportados.

Além disso, como divulgado na referida nota explicativa às demonstrações contábeis, em 15 de outubro de 2020, foi promulgada a Lei Estadual n.º 17.292/2020, a qual autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da Companhia, em decorrência da aprovação do Projeto de Lei nº 529/2020 que tinha por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado em detrimento dos efeitos da Pandemia COVID-19 sobre suas receitas públicas.

Dentre as medidas aprovadas, está a extinção de uma série de entidades descentralizadas sendo que uma delas é a EMTU/SP, cuja justificativa para a extinção da Companhia decorre do fato de que na atual estrutura do Estado, a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, já executa atividades de gerenciamento de contratos de concessão de operação de rodovias, sendo que a junção da gestão dos contratos de concessão dos transportes de passageiros em uma única entidade traria a racionalização dos trabalhos.

Com isso, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP, após um eventual processo de dissolução, liquidação e extinção da Companhia, decorrente da aprovação do referido Projeto de Lei, poderão ser transferidos ao Estado e, conforme consta no referido Projeto de Lei, poderão ainda ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na hipótese de virem a ser descontinuadas as atividades da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista à relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa nº 14

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 142.202 (R\$ 98.966 em 2019), representados por R\$ 1.236 (R\$ 792 em 2019) referente a ações trabalhistas e R\$ 140.966 (R\$ 98.174 em 2019) referente à ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, a partir do exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.020 e de 2.019, principalmente relacionados a ações trabalhistas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Ênfases

Transferências do ativo imobilizado em andamento

Chamamos a atenção ao descrito nas notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações contábeis, relativas ao Ativo Imobilizado e ao Ativo Intangível que em 31 de dezembro de 2020 apresenta o saldo líquido das depreciações e amortizações acumuladas de R\$ 1.302 bilhões (R\$ 1.252 bilhões em 2019) e R\$ 776.6 mil (R\$ 811.6 mil em 2019), respectivamente. Conforme descrito nas respectivas notas explicativas, durante o exercício de 2019 foi iniciado e concluído parte do levantamento para transferência do Imobilizado em Andamento para o Ativo Imobilizado em Uso e para o Ativo Intangível, sendo que o referido levantamento resultou na transferência do montante de R\$ 905.883 milhões para o Ativo Imobilizado em Uso e R\$ 867.930 milhões para o Ativo Intangível, referentes ao VLT da Baixada Santista e demais obras das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixa Santista, totalizando o montante de R\$ 1.773 bilhões. Em decorrência desses ajustes a Companhia registrou o montante de R\$ 118.926 milhões relativos à depreciação sobre o Ativo Imobilizado e R\$ 131.131 milhões relativos à amortização sobre o Ativo Intangível, totalizando o montante de R\$ 250.057 milhões até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Desse montante o valor de R\$ 183.160 milhões foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 66.897 milhões foi contabilizado no resultado do exercício de 2019, tendo em vista que, em que pese a conclusão do levantamento tenha ocorrido somente durante o exercício de 2019, a operação dos trechos das referidas obras tiveram início a partir de Janeiro de 2016. O montante contabilizado a título de depreciação e amortização durante o exercício de 2020 foi de R\$ 66.387 milhões (R\$ 66.897 milhões em 2019). Com exceção aos ativos acima referidos, as demais obras que compõem o Ativo Imobilizado em Andamento da Companhia ainda se encontram em fase de execução e, portanto, serão transferidas para o Ativo Imobilizado em Uso tão logo sejam concluídas. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém modificação relacionada a esse assunto.

Análise de vida útil e teste de recuperabilidade (*impairment test*) de ativos não financeiros

Chamamos a atenção ao descrito nas notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações contábeis, relativas ao Ativo Imobilizado e ao Ativo Intangível que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui o montante líquido de R\$ 2.079.307 (R\$ 2.064.324 em 2019) referente ao ativo imobilizado e intangível, representando 97,47% (94,62% em 2019). Conforme notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações contábeis, a Companhia não preparou a análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (análise de “*impairment*”), conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, bem como não procedeu avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem seus ativos imobilizados e intangíveis, conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TG 27 (R3) - Ativo imobilizado e Pronunciamento Contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não obstante, o processo para elaboração dos respectivos laudos de avaliação de vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment test*) está em fase de implantação e análise por parte da Administração da Companhia, que constituiu um grupo de trabalho que tem por objetivo a elaboração dos respectivos laudos a fim de atender à legislação contábil vigente, consubstanciada na Lei 11.638/2007, bem como na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TG 27 (R3) - Ativo imobilizado e no Pronunciamento Contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado. A Administração da Companhia tem prevê que a conclusão dos laudos e estudos a serem elaborados pelo grupo de trabalho serão concluídos durante o exercício de 2021. Consequentemente, os efeitos sobre o teste de recuperabilidade e a ausência da avaliação da vida útil econômica dos ativos que possam ocorrer nos respectivos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2020 e em seu resultado não puderam ser determinados.

A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou alienação relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2020, sendo que nossos exames para validação desses saldos ficaram limitados a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria somente sobre a documentação colocada à nossa disposição pela administração da Companhia. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2.021.

Bazzaneze Auditores Independentes
BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/0-6
CVM 519/3


EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/0-9 T-RJ
CNAI 5344


KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

BALANÇO SOCIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

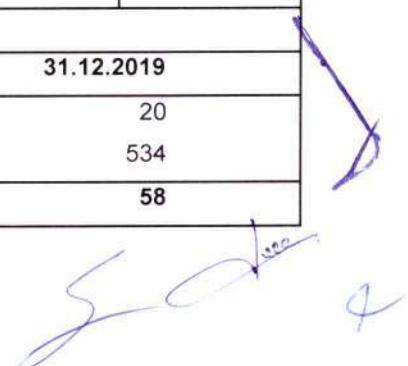
A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

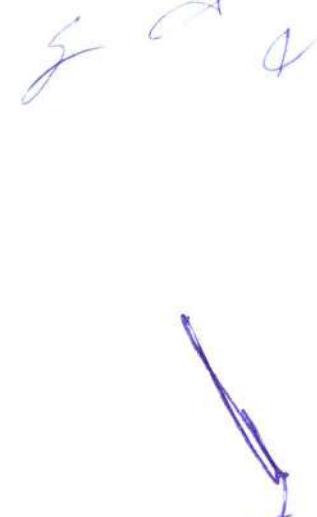
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2020		31.12.2019	
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA
Integração	30	1,40	97	1,45
Aperfeiçoamento Profissional	2	40,00	-	-
Especialização e Atualização	459	5,20	108	11,94
Capacitação e Reciclagem	1.069	12,83	139	9,96
Eventos	419	0,02	190	0,01
TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO	1.979		534	
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2020		31.12.2019	
Número de Cursos	25		20	
Empregados Treinados Homens/Hora	1.979		534	
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	19		58	



INDICADORES SOCIAIS	31.12.2020		31.12.2019	
	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	19	-	542	-
Exame Admisional	4	-	17	-
Exame Demissional	15	-	25	-
Exame Periódico	-	-	500	-
SERVIÇO SOCIAL	40	11	40	22
Licença Maternidade	3	-	3	-
Licença Paternidade	3	-	2	-
Visita Social / Assistencial	-	-	6	1
Auxílio-Doença	13	-	9	-
Retorno ao Trabalho	9	-	5	-
Nascimentos	6	-	5	-
Falecimentos	3	11	3	21
Apoio – atendimento interno e externo	3	-	6	-
Dependência Química/outros	-	-	1	-
QUALIDADE DE VIDA	300	164	245	117
Vacinação antigripal	300	164	245	117
SEGURANÇA DO TRABALHO	25	-	561	333
Número de Acidente de Trabalho	4	-	7	-
Treinamento de Primeiros Socorros	-	-	83	35
Treinamento de Combate a Incêndio	-	-	83	35
SIPAT	-	-	367	260
CIPA	21	-	21	3
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS	384	175	1.388	472

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.



MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CALCULO						
	31.12.2020 (R\$ mil)	31.12.2019 (R\$ mil)				
Receita Líquida (RL)	85.345					125.248
Resultado Operacional (RO)	42.114					15.240
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	71.652					73.788

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.904	6,84	5,75	4.902	6,64	3,91
Encargos Sociais Compulsórios	16.417	22,91	19,24	16.399	22,22	13,09
Saúde	13.093	18,27	15,34	13.533	18,34	10,80
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	55	0,08	0,06	123	0,17	0,10
Auxílio Creche	122	0,17	0,14	134	0,18	0,11
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	66	0,09	0,08	46	0,06	0,04
Outros	764	1,07	0,90	883	1,20	0,71
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	35.421			36.020		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.736	6,50	3,21	2.726	17,89	2,18
Serv. Especial Ligado – SEE	333	0,79	0,39	365	2,40	0,29
Outros	163	0,39	0,19	321	2,11	0,26
Total das contribuições para a sociedade	3.232			3.412		
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.395			14.699		
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	12.627			18.111		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.653	3,93	2,31	1.636	10,73	1,31

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	31.12.2020	31.12.2019
Nº de empregados ao final do periodo	490	501
Nº de admissões durante o periodo	4	17
Nº de demissões durante o período	15	25
Nº de diretores ⁽¹⁾	3	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	6	6
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) ⁽²⁾	275	303
Nº de estagiários	45	92
Nº de jovem cidadão	-	-
Nº de aprendiz	20	17
Nº de empregados acima de 45 anos	344	343
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	6	6
Efetivos por sexo: Homens ⁽³⁾	372	400
Mulheres	192	219
Efetivos por tempo de serviço – média/ano ⁽³⁾	13	12
Efetivos por faixa etária – média/ano ⁽³⁾	47	45
% de cargos de chefias ocupados por mulheres ⁽⁴⁾	25,00%	22,08%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa ⁽³⁾	122	142
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos ⁽⁴⁾	3,85%	3,85%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	3	3
Número de portadores de deficiência/necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9%	9,9%

Observações:

(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP.

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários, jovem cidadão e aprendiz.

(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

Áreas	2020	2019
Locação de veículos auxiliares:	68	76
Manutenção Predial e Jardinagem	30	30
Portaria:	43	50
Limpeza:	23	27
Copeiragem:	3	4
Vigilância / Segurança:	66	65
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	35	36
Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):	4	9
Gerenciamento de Obras	-	3
Malote e Mov. Correspondências:	3	3
Total	275	303

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES

	31.12.2020	31.12.2019
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla: ⁽¹⁾	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas e denúncias de consumidores:	Na empresa: 11.421 No Procon: 104 Na justiça: 62	Na empresa: 17.155 No Procon: 38 Na justiça: 111
% de reclamações e críticas atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA		31.12.2020		31.12.2019	
Região Metropolitana de São Paulo		Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida		78.416	100	128.645	100
Informação		68.179	86,95	113.367	88,12
Reclamação		9.166	11,69	13.915	10,82
Sugestão		867	1,11	1.093	0,85
Elogios		157	0,20	270	0,21
Denúncia		47	0,06	-	-
Região Metropolitana da Baixada Santista					
Total de Ligação Recebida		4.161	100	5.636	100
Informação		3.147	75,63	3.977	70,56
Reclamação		880	21,15	1.425	25,28
Sugestão		104	2,50	194	3,44
Elogios		24	0,58	40	0,71
Denúncia		6	0,14	-	-
Região Metropolitana de Campinas					
Total de Ligação Recebida		3.282	100	4.567	100
Informação		2.281	69,50	3.249	71,14
Reclamação		846	25,78	1.178	25,79
Sugestão		142	4,33	113	2,47
Elogios		9	0,27	27	0,59
Denúncia		4	0,12	-	-
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte					
Total de Ligação Recebida		1.964	100	2.944	100
Informação		1.589	80,91	2.607	88,55
Reclamação		267	13,59	288	9,78
Sugestão		92	4,68	45	1,53
Elogios		3	0,15	4	0,14
Denúncia		13	0,66	-	-
Região Metropolitana de Sorocaba					
Total de Ligação Recebida		1.141	100	2.256	100
Informação		833	73,01	1.837	81,43
Reclamação		187	16,39	349	15,47
Sugestão		112	9,82	66	2,93
Elogios		4	0,35	4	0,18
Denúncia		5	0,44	-	-

	31.12.2020	31.12.2019
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	225,40% Governo (1.402,78) Acionistas 768,87% Colaboradores 508,51% Terceiros %	48,01% Governo (97,01%) Acionistas 133,80% Colaboradores 15,20% Terceiros %

Observação:

(1) PLR prevê a participação de todos os empregados nos resultados da empresa.

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor- Presidente

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO JEWAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER

Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2

CPF - 952.677.438-87

**EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. -
EMTU/SP**

**BALANÇO SOCIAL REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020 E DE 2019**

CONTEÚDO

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Quadro 1 - Balanço Social

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração da EMTU/SP

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguração para obter asseguração razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2020, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2020;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2020; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social 2020 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2020 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2.021.

Bazzaneze Auditores Independentes
BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/0-6
CVM 519/3

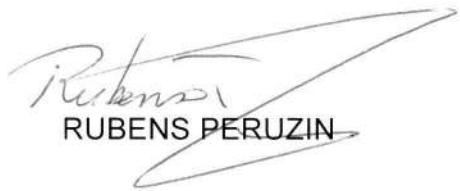

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/0-9 T-RJ
CNAI 5344


KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/0-0
CNAI 6254

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2020, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, com ênfase, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021


BRUNO RIBEIRO DA ROCHA
JÉSSICA SOUZA DE BRITO
JOSÉ LUIZ GAVINELLI
RUBENS PERUZIN



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMTU REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE 2020

Aos Conselheiros de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é um órgão estatutário composto por quatro membros externos independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e aos Estatutos Sociais da EMTU.

De acordo com o art. 26 dos Estatutos Sociais da EMTU, o COAUD é o órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a análise das demonstrações financeiras. O COAUD não tem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do COAUD são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e estatutárias.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei n. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

As funções do COAUD são desempenhadas principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Em 2020 o COAUD reuniu-se em 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias. As reuniões envolveram profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia, com os auditores independentes, com a Auditoria Interna (AUD) e com a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI).



O COAUD analisou os principais procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020. As considerações do COAUD sobre as informações trimestrais referentes a março/20, junho/20 e setembro/20 foram enviadas para o Conselho de Administração a seu tempo.

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da Auditoria Independente.

A opinião da Auditoria Independente foi emitida pela firma BAZZANEZE Auditores Independentes S.S sem modificações, datada de 19 de fevereiro de 2020, de acordo com as normas aplicáveis ao trabalho de auditoria externa independente.

2.1) Das Ênfases e outros assuntos

2.1.1) Análise de vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros (“*impairment*”)

O auditor independente incluiu um parágrafo de ênfase decorrente de possíveis efeitos em relação à análise da vida útil e ao teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos e 27 – Ativo Imobilizado.

Desta forma, o COAUD recomenda que a Administração da Companhia proceda à apresentação da documentação e comprovações suficientes ao auditor externo quanto à necessidade e aplicação, ou não, do “*impairment*” nos ativos da Companhia, conforme descrito nas Notas Explicativas 9.1, 9.2 e 10.1 das Demonstrações Financeiras.

2.1.2) Transferências do ativo imobilizado em andamento

Reportamo-nos à ênfase no relatório dos auditores independentes quanto às transferências do ativo imobilizado em andamento efetuadas em 2019. O procedimento é usual e não modificou a opinião do auditor independente.

2.1.3) Lei SP 17.293/20

Foi considerado o pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia. Caso o acionista controlador promulgue alguma decisão referente ao disposto na Lei SP 17.293/20, ajustes e reclassificações contábeis serão necessárias e poderão modificar a opinião do auditor no período a que se referir.

2.2) Impactos gerados pela pandemia da COVID-19

A Nota Explicativa 2 indica que as receitas operacionais foram afetadas de forma significativa em 2020 tendo em vista a redução na quantidade de passageiros transportados.

No entanto, cabe ressaltar os excelentes níveis de liquidez da Companhia em 2020, que não é dependente financeiramente do acionista controlador, que permitiram o cumprimento de suas obrigações financeiras durante o exercício social. A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica saldo de caixa em R\$ 18,5 milhões para 31 de dezembro de 2020 (R\$ 60,2 milhões em 2019).

O departamento financeiro apresentou ao COAUD a projeção dos fluxos de caixa para os próximos meses e indica que ações adicionais são necessárias para a sustentabilidade financeira para 2021. Reiteramos a importância do monitoramento contínuo da realização do fluxo de caixa nos meses subsequentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

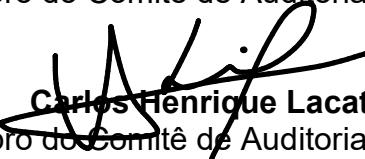
O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades, além dos mencionados anteriormente, não afetam de forma relevante as informações contábeis da EMTU em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021



André de Araujo Souza

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário



Carlos Henrique Lacativa

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário



Moacyr Vieira Serôdio Filho

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário



Natália Regina Pinheiro Queiroz

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2020 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administração são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021



DANILO FERREIRA GOMES
Presidente



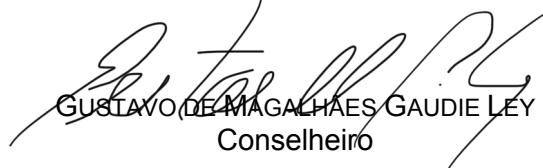
MARCO ANTONIO ASSALVE
Conselheiro



PAULO DE MAGALHÃES REATTI GONÇALVES
Conselheiro



LUCIANA DE MOURA GABBAI STOCCHE
Conselheira



GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY
Conselheiro



FELISIA SOUSA ALARCON
Conselheira



MARIA CRISTINA ALVARENGA TAVEIRA
Conselheira Independente



LOMAS ALCALAI CAMARGO
Conselheira Representante dos Empregados

